

II Seminário Casas de União: Políticas Públicas e Centros Urbanos [25351]**Faculdade de Ciências Econômicas (FCE)****Coordenação: Marco Aurelio Chaves Cepik****Coordenação Adjunta: José Miguel Quedi Martins****Autoria: Marco Aurelio Chaves Cepik, José Miguel Quedi Martins e Helena Marcon Terres**

O “II Seminário Casas de União: Políticas Públicas e Centros Urbanos” dá continuidade à série de seminários Casas de União, iniciada em 2013. O principal objetivo dos seminários é apresentar o conceito Casas de União à sociedade (setor público, privado e terceiro setor) e, a partir da troca de saberes, aprimorar a sua formulação, a fim de possibilitar sua proposição como política pública. O seminário deste ano buscou debater a aplicação das Casas de União como política pública em centros urbanos, apresentando sua relevância na economia de recursos dos estados, municípios e União; na redução da dívida de estados e municípios; na redução da litigiosidade; no controle de fronteiras; na segurança energética; na segurança pública; no combate à fome e à miséria; na proteção à indústria nacional; e na possibilidade de reforço à segurança pública para eventos como as Olimpíadas de 2016.

As Casas de União propõem dar consecução ao princípio da gestão associada contida no artigo 241 da CF/88, através do compartilhamento de infraestrutura (servidores, instalações prediais, material de consumo, e material permanente) entre os distintos entes federados pertencentes a diferentes órgãos. Busca-se aumentar a presença do Estado em todo território nacional de forma flexível, com economia de recursos, garantindo maior efetividade às políticas públicas. As Casa de União viabilizariam fisicamente a realização de consórcios públicos e convênios de cooperação, possibilitado a composição de conflitos ou terminação de litígios envolvendo as dívidas entre os entes federados. O compartilhamento de instalações físicas e servidores permite economia expressiva aos cofres da união, estados e municípios. Ao mesmo tempo, oportuniza-se melhor prestação de serviços aos cidadãos através da capilarização da administração em seus diversos níveis, materializando, assim, o princípio do Federalismo Cooperativo.

A metodologia da ação de extensão foi a realização de evento, em forma de seminário, que contará com a publicação de anais com ISBN. O evento ocorreu em Florianópolis/SC, no Auditório da Eletrosul, em 9 de abril de 2014. Contou-se coma realização do Instituto Sul-Americano de política e Estratégia (ISAPE), e do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), parceiros externos do programa de extensão; com a promoção da Escola da Advocacia-Geral da União em Santa Catarina (EAGU/SC), e do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e

Estado-Maior do Exército (IMM/ECEME); e com o apoio da Eletrosul, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE/UFRGS).

O seminário se estendeu por dois turnos (manhã e tarde) e contou com as falas do representante do Ministro Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União), do representante da Ministra Ideli Salvatti (Secretaria de Relações Institucionais), de Eurídes Mercolotto (Diretor-Presidente da Eletrosul) e de Pedro Brites (Diretor-Geral do ISAPE). A primeira mesa, intitulada “Casas de União: Capacidade Estatal, Crise do Estado e Integração na América do Sul e África” contou com as exposições do Prof. Dr. Marco Cepik (UFRGS), do Ten. Cel. Eduardo Migon (IMM/ECEME), do Prof. Dr. José Miguel Martins (UFRGS), e do Prof. Me. Igor Castellano (UFSM); e teve como mediadora Maria da Graça Hahn (EAGU/SC). A segunda mesa, nomeada “Casas de União: Segurança Energética e Segurança Pública”, teve como expositores o Ten. Cel. Ândrei Clhaus (IMM/ECEME), o Eng.º Ronaldo dos Santos Custódio (Diretor de Engenharia e Operação da Eletrosul); e teve como mediadora a Prof. Dra. Adriana Marques (IMM/ECEME). O evento teve um público de sessenta e três (63) pessoas, de diversos órgãos públicos e privados.

Como indicadores para avaliação dos resultados, esperávamos que a realização do evento cumprisse a principal função de divulgar a formulação das Casas de União, e debatê-la com a sociedade, a fim de aprimorá-la. Além disso, buscou-se firmar parcerias com órgãos públicos e privados para continuar desenvolvendo o projeto de implementação das Casas de União como política pública. Nesse sentido, contamos com o envolvimento de diversos órgãos estatais e privados e pudemos debater com o público presente a proposição de se estabelecer Casas de União como viabilizadoras de consórcios e convênios em centros urbanos no intento de, grosso modo, desenvolver capacidade estatal a partir da gestão associada. Espera-se lançar o livro com os anais do evento, que se planeja publicar no próximo Seminário Casas de união, previsto para setembro de 2015. De mesmo modo, pretende-se elaborar um DVD com a gravação do evento. Por fim, almeja-se, a partir dos debates realizados, aprimorar o projeto e apresentá-lo novamente durante o ano de 2015, em evento semelhante, em que idealizamos focar na temática “Casas de União: Consórcios e Convênios”.